



# A Greve nas Universidades Estaduais Paulistas

USP, UNESP e UNICAMP estão em greve há algumas semanas, e existem algumas coisas que todo aluno deveria saber antes de apoiar ou não a greve. Nesta edição extra do jornal **O Bisturi**, esclarecemos os motivos da greve, como está a negociação, e porque os alunos também estão envolvidos. Seja contra ou a favor da greve, sua opinião é importante! Veja como participar!

## **A importância da Assembléia de estudantes**

Como a participação dos alunos da Medicina é fundamental para a greve. Não sabe como participar? Veja como as assembleias funcionam e coloque seu ponto de vista!

**Página 3**

## **Por que um estudante da FMUSP deve participar da greve**

Questões e respostas úteis, esclarecendo a participação do aluno da Casa na greve que está atingindo não só a USP, mas também a UNESP e a UNICAMP. Até que ponto isto também é sua responsabilidade, e o que fazer para participar.

**Página 7**

## **Por que um estudante da FMUSP deve participar da greve**

Questões e respostas úteis, esclarecendo a participação do aluno da Casa na greve que está atingindo não só a USP, mas também a UNESP e a UNICAMP. Até que ponto isto também é sua responsabilidade, e o que fazer para participar.

**Página 7**

## **Breve história da greve na USP**

Desde a grande greve em 2000 até a paralisação dos dias de hoje, o que aconteceu e o que ainda é promessa na Universidade de São Paulo.

**Página 4**

## **Cadê o sabonete?**

Por que um estudante da FMUSP não deve participar da greve. Se você acha que a greve não tem nada a ver com você, leia o texto do aluno Guilherme Zwicker.

**Página 6**

## **O direito à greve**

A greve não é um movimento de pessoas sem ocupação, desordenado e sem objetivos, ou apenas um sinônimo de férias, mas sim um recurso legal do qual podem utilizar-se servidores civis como forma de reivindicação.

**Página 7**

## EDITORIAL

## Greve?!

Gerson S. Salvador de  
Oliveira (89)

Nesta Edição Extraordinária, **O Bisturi** dissecou a questão da Greve nas Universidades Estaduais Paulistas.

Os docentes e funcionários reclamam aumento salarial de 16% e o Conselho de Reitores (CRUESP) não ofereceu qualquer reposição. Alega que a receita das Instituições já está comprometida com as folhas de pagamento. Isso intensificou a mobilização das entidades

do FORUM das SEIS (Associações de Docentes e Sindicatos da USP, UNESP e UNICAMP) e o apoio das Assembléias de Estudantes em todas estas Universidades, pois são estes os quais sentem diretamente o contangenciamento de verbas, pois há falta de Restaurantes Universitários, moradia e garantias de que possam concluir suas graduações.

Essas Universidades são financiadas por 9,57% da arrecadação do ICMS, proporcional ao aquecimento da Economia — logo vem diminuindo des-

de meados da década de noventa, e por isso a pauta de reivindicações se estende ao aumento deste repasse para 11,6%. As intersecções entre a macroeconomia e esse desfinanciamento também são expostas.

Em nível federal está sendo construída uma Reforma (ou contra-reforma?) Universitária. Será que esse processo tem alguma relação com o caso paulista?

A desconstrução do patrimônio do povo é patognômica de descaso com a formação de profissionais qualificados e

produção autônoma de ciência e tecnologia.

O diagnóstico é preciso mas a conduta escolhida é polêmica, por isso há a promoção de um debate sobre a greve, com posicionamentos favorável e contrário a esse instrumento.

Sendo difícil julgar algo desconhecido, textos meta-lingüísticos tecem o que são greves, suas histórias e as possibilidades de participação por parte dos estudantes.

E nós com isso? E você com isso?

## OPINIÃO

## Carta aberta da ADUSP

Diretoria da Adusp – Seção  
Sindical do Andes SN

A Assembléia dos Docentes da USP decidiu entrar em greve a partir desta quinta-feira, 25 de maio. Esta decisão foi assumida unitariamente pela maioria dos servidores e docentes da USP, Unicamp e dos campi da Unesp.

Em reunião de negociação realizada em 7 de maio, os Reitores nos apresentaram um *reajuste zero!* As três universidades realizaram um grande ato e paralisação no dia 20 de maio. Mais de mil pessoas manifestaram-se diante da Reitoria da Unicamp, onde ocorria nova reunião de negociação. Os Reitores *duplicaram o reajuste zero!*

A situação salarial dos trabalhadores da Universidade é grave.

Em 2003, juntamente com todos os demais funcionários públicos do Estado de São Paulo, tivemos 5% de nossos salários confiscados como consequência da criação de uma contribuição adicional ao sistema previdenciário do Estado\*.

O salário real médio recebido em 2003 precisaria ter sido 50% maior para igualar-se àquele que recebemos em 1989. Nesta campanha de data-base estamos reivindicando 16% de reajuste e uma política salarial que vá recompondo as perdas acumuladas.

Apenas a título de comparação, a inflação entre abril do ano passado e abril deste ano, segundo o ICV-Dieese, foi de 4,37%. Assim, incluindo o confisco de 5%, a reposição salarial necessária, devida apenas às perdas do último ano, seria de 9,86%.

## Luta mais ampla

A Associação dos Docentes da USP (Adusp) entende que essa greve é parte de uma luta mais ampla em defesa da universidade pública e do ensino de qualidade para todos.

O Fórum das Seis — coordenação que congrega a Adusp e às demais entidades representativas de docentes e funcionários da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza (Escolas Técnicas Estaduais e Faculdades Estaduais de Tecnologia) — entregou ao Cruesp uma pauta de reivindicações conjunta com os três DCEs destas universidades.

Dentre outros itens, ela inclui a necessidade de estabelecer uma política permanente de contratações por concurso público, o aumento da dotação orçamentária para as universidades estaduais públicas e para o Centro Paula Souza, política de expansão de vagas e assistência estudantil.

As entidades representativas dos professores, alunos e funcionários compreendem que estas são condições indispensáveis para a preservação do sistema público universitário, e para estabelecer-se um plano de expansão de vagas para o ensino superior que garanta a qualidade e a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

## Atuação histórica

A Adusp, juntamente com o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) e outras entidades, tem histórica atuação na defesa da educação pública no país. Entre essas lutas, algumas iniciadas há vários anos, estão a campanha por uma Lei de Diretrizes e Bases

da Educação (LDB) e por um Plano Nacional de Educação que respondessem às necessidades do país.

No momento, está em tramitação na Assembléia Legislativa de São Paulo o Plano Estadual de Educação (PEE-SP), para o qual a Adusp, juntamente com outras entidades, apresentou um projeto completo, alternativo ao projeto do governo Alckmin.

Atualmente, ao lado dos estudantes, a Adusp realiza campanha contra as fundações privadas ditas “de apoio” às universidades públicas e contra a enganosa “reforma universitária” proposta pelo MEC. Você pode encontrar mais informações sobre nossas lutas nas páginas eletrônicas da Adusp e do Andes Sindicato Nacional: [www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br) e [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br).

Contamos com o apoio e participação ativa de todos vocês neste movimento que ora se inicia nas três universidades estaduais paulistas. Isso é fundamental para pressionarmos governos, parlamentares e reitores por ações efetivas que venham a preservar e expandir a universidade pública, gratuita e de qualidade, bem como os demais serviços públicos essenciais para a maioria da população.

Os funcionários públicos contribuíam com 8% para o sistema de seguridade social, valor aumentado agora para 13%. Essa contribuição é calculada sobre o salário total e sua cobrança continua após a aposentadoria.

## o bisturi

Jornal dos estudantes da Medicina-  
USP

Departamento de Imprensa  
Acadêmica do Centro Acadêmico  
“Oswaldo Cruz”

Coordenação Geral e Elaboração:  
Grupo de trabalho da greve eleito em  
assembléia geral do CAOC dia 03/06/04

Projeto Gráfico:  
(Editora Com-Arte Jr.)  
Fabio Kato  
Paula K. Santos  
William Paiva

Diagramação:  
(Editora Com-Arte Jr.)  
Glaucy Marques Vulcano  
Leandro Rego Morita

Tiragem:  
5.000 exemplares

Impressão:  
Gráfica Ponto a Ponto

Este jornal não se responsabiliza pelos  
textos assinados.

Textos, dúvidas e críticas  
devem ser enviados para  
[obisturi@caoc.org.br](mailto:obisturi@caoc.org.br)

# A importância da Assembleia Geral dos Estudantes

Como a participação dos estudantes nas assembleias pode ser decisiva em momentos como a greve

Carlos Henrique dos Anjos  
Cacá (90)

A Assembleia geral é o órgão soberano dos estudantes de nossa faculdade. É através dela que nos reunimos, para juntos discutir, construir e tirar nosso posicionamento sobre os mais diversos assuntos. É o momento em que qualquer aluno da Casa pode expor seus pensamentos e defender suas idéias perante todo o corpo discente. Por essa característica, as decisões das assembleias são legítimas e atinge igualmente a todo estudante de nossa casa.

Na quinta feira, dia 03/06, ocorreu no Centro de Vivência do CAOC a primeira assembleia geral do ano de 2004. Nela estavam presentes diversos estudantes, com representação do primeiro ao quinto ano. O tema abordado foi a greve dos funcionários, educadores e estudantes das três universidades estaduais de São Paulo, bem como do Centro Tecnológico Paula Souza. Tal movimento de paralisação já é efetivo há 3 semanas, e os acadêmicos de nossa faculdade ainda não

havam tomado um posicionamento. Perante tal situação, a assembleia foi de grande importância para uma resolução e uma tomada de ação.

A assembleia foi unânime no apoio ao movimento dos funcionários e professores e também reiterou um indicativo de greve por parte dos es-

A assembleia geral é a instância máxima de deliberação dos estudantes da faculdade e que participar e se posicionar perante esta assembleia é a forma de definir as atitudes e posicionamento do nosso corpo discente

tudantes do primeiro ao quinto ano. Foi formado um grupo de trabalho para se tentar articular o encaminhamento da greve. Os motivos que levaram os estudantes a tomar tal posicionamento foram a legitimidade das reivindicações dos grevistas e a consciência de que a falta de reajustes salariais é a ponta de um processo muito maior, ligado ao des-

financiamento das universidades públicas por parte do governo e privatização destas mesmas instituições.

A legitimidade da greve está baseada na desvalorização salarial. A ligação entre o não-reajuste salarial e o desfinanciamento e privatização das universidades públicas pode ser

notada, por exemplo, na política de contratação de terceiros como trabalhadores da universidade, a criação e incentivo às fundações de apoio, e o não investimento em assistência estudantil, entre outros fatores. Leia mais sobre isso na matéria "Financiamento das universidades".

Além do apoio e indicativo de greve, outros posicionamentos foram

acordados em Assembleia Geral: o indicativo de greve não atinge ao sexto ano, já que esta turma possui a peculiaridade de ter uma prova de residência no final do ano, e como a prova não tem ligação com a universidade, não poderia ser adiada, em prejuízo dos estudantes da casa; os estudantes da Faculdade estão em assembleia permanente, ou seja, o posicionamento dos alunos sempre será rediscutido em reuniões regulares, seja a cada 10 dias ou quando for de extrema necessidade.

Vale lembrar que a assembleia geral é a instância máxima de deliberação dos estudantes da faculdade e que participar e se posicionar perante esta assembleia é a forma de definir as atitudes e posicionamento do nosso corpo discente. Por isso, todos estão convidados para participar da próxima assembleia, que acontecerá no dia 15 de junho, a partir das 18 horas, no Centro de Vivência do CAOC. Nesta reunião, será rediscutido o posicionamento dos estudantes perante a greve. Compareçam!

## Calendário da greve

### PRÓXIMOS EVENTOS:

**13 de junho:** Ato de mobilização das universidades paulistas durante a Parada do Orgulho Gay, a partir das 14 horas, na Avenida Paulista

**15 de junho:** Próxima Assembleia Geral no CAOC, às 18 horas, no Centro de Vivência

**18 de junho:** Próxima rodada de negociações com a Cuesp: "Grande Circo das Estaduais Paulistas", ato lúdico com concentração no MASP

# Breve história da greve na USP

Das origens orgânicas à mobilização atual

Mônica Cravo (92)

É sabido que o poder de compra de uma moeda, intimamente relacionado com o desempenho da economia nacional, sofre flutuações: o valor fixo do salário dos professores e funcionários, tal qual assalariados em geral, progressivamente desvaloriza-se, de acordo com indicadores como a inflação do período considerado. Devido à ausência de uma política salarial que estabeleça critérios e regulamente a reposição periódica dessas perdas que continuamente configuram-se, há, como prática comum, campanhas salariais anuais das classes organizadas. Estas campanhas costumam concentrar-se em determinadas épocas do ano, por visarem datas usadas como referência nos acordos fechados em anos anteriores as tão faladas datase-base.

## Particularizando...

No particular dos servidores das universidades estaduais paulistas, a reposição salarial vinha sendo pleiteada e obtida anualmente junto às reitorias (mesmo que um pouco abaixo dos índices inflacionários), desde as fortes movimentações da greve de 2000. Esta é tida como referência organizacional pelos atuais grevistas, dado o sucesso obtido nas importantes conquistas não apenas salariais, mas também no tocante à ampliação, durante a construção do movimento, do respaldo e força políticos das associações de servidores envolvidas, reunidas no Fórum das Seis. Outro aspecto marcante foi a intensa programação durante o período paralisado, entendendo aquele momento histórico como de formação, debate e construção políticos. Uma das atividades que merecem destaque são as "Aulas na Greve", cuja iniciativa partiu do ICB.

Aconteceu que, neste ano de 2004, quando da campanha salarial de praxe, o CRUESP (entidade que agrupa os reitores das três universidades paulistas) ofereceu 0% de reajuste, defendendo esta posição em mais duas rodadas de negociação. Os reitores alegam ser inviável, mediante a atual disponibilidade de verbas, um maior comprometimento com folha de pagamento: segundo seus cálculos, no caso de a reivindicação de aumento de 16% ser atendida, o montante relativo ao pagamento dos servidores ultrapassaria o orçamento total de que UNESP e UNICAMP dispõem, enquanto na USP aproximaria-se de 97% de comprometimento\*.

## As reivindicações

A pauta de reivindicações unificada\*\* foi centrada em três blocos, a saber: (1) 'Reajuste e Reposição de Perdas Salariais' onde pontuam a reposição de 16% e a definição de uma política salarial; (2) 'Defesa dos Direitos dos Professores, Funcionários e Alunos' defendendo medidas como o fim das terceirizações, a ampliação da assistência estudantil

Devido à ausência de uma política salarial que estabeleça critérios e regulamente a reposição periódica dessas perdas que continuamente configuram-se, há, como prática comum, campanhas salariais anuais das classes organizadas.

(bolsas estudantis, de transporte, alimentação, moradia e restaurante universitário) através da instituição de uma dotação orçamentária própria, uma política permanente de contratação de docentes em regime de dedicação integral, o fim das perseguições políticas, especialmente de funcionários; e, finalmente, (3) 'Defesa das Universidades Públicas Paulistas e do CEETEPS\*\*\*' - incluindo lutas históricas como o aumento da parcela do ICMS do estado de São Paulo que é destinada às universidades, além de manifestarem-se contra as propostas da Reforma Universitária do governo federal, contra qualquer cobrança de cursos ou serviços nas instituições de ensino superior público e abrindo a discussão sobre o papel dos Hospitais Universitários, sua vinculação com a universidade, financiamento e utilização pública/privada.

## Situação atual

Tendo sido iniciada a greve em 27 de maio, o movimento grevista caminha para duas semanas de paralisação na USP. Uma vez deflagrada nas assembleias da ADUSP e do SINTUSP do dia 25 do mesmo mês, a mobilização e adesão têm sido crescentes entre professores, funcionários e alunos. Os comandos de greve têm buscado, como tendência acentuada na greve de 2000, preencher o período de paralisação das atividades de rotina por outras de cunho informacional, de formação, lúdico e de confraternização, além dos usuais atos e manifestações de rua. Debates, colóquios e as mais variadas atividades têm sido organizadas pelos comandos de greve de

diversas unidades, destacando as programações do IB, da FAU, da ECA e do ICB. A assembleia convocada pelo DCE em 01/06 contou com cerca de 500 estudantes e decidiu apoiar a greve. Em muitas unidades, os estudantes estão participando ativamente nos espaços da greve, geralmente colocando-se favoráveis ao movimento-do-que não se conclui, a priori, que a massa dos estudantes seja favorável, já que a

com as entidades gerais e com outras unidades, mantendo a coesão do movimento. Novidade que está se difundindo bastante nesta greve é a realização de assembleias conjuntas, de que participam estudantes, professores e funcionários, numa tentativa de construção conjunta da mobilização, entendendo que todos são partes interdependentes no ambiente universitário e com interesses em comum, além de estes espaços oferecerem oportunidades para trocas muito ricas entre as pessoas.

## Enquanto isso, do lado de lá...

No tocante à atuação do movimento fora dos muros do campus, deve-se destacar a audiência pública na Assembleia Legislativa em que, junto com outras entidades como Sindisaúde e CUT-SP, o Fórum das Seis pleiteou o apoio de deputados a uma emenda à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) garantindo, no mínimo, 36% da receita tributária do estado de São Paulo para a educação em todos os níveis, além da mudança de certo artigo desta lei de modo a aumentar a destinação de verbas às universidades estaduais para 11,6% da arrecadação do ICMS. Também significativa foi a passeata rumo à Assembleia Legislativa, a partir de concentração no vão do MASP, onde se reuniram em torno de 3.000 pessoas.

## Perspectivas

A correlação de forças envolvidas na consecução das reivindicações dos grevistas envolve a reitoria, o governo estadual e reflexos da esfera federal, não necessariamente como antagonistas. A estratégia que se vislumbra é a articulação do Fórum das Seis junto ao CRUESP, compondo uma frente de pressão sobre o governo estadual e deputados da Assembleia Legislativa, na intenção de pleitear o aumento da destinação de verbas às universidades paulistas, buscando, também por esta via, o alcance dos objetivos do movimento.

Neste ano de 2004, quando da campanha salarial de praxe, o CRUESP (entidade que agrupa os reitores das três universidades paulistas) ofereceu 0% de reajuste, defendendo esta posição em mais duas rodadas de negociação

também pelas entidades representativas gerais de cada categoria (DCE, ADUSP e SINTUSP, referentes respectivamente a estudantes, professores e funcionários). Cada assembleia elege um grupo de voluntários que irá compor o comando de greve daquela unidade, sendo este grupo responsável por operacionalizar as deliberações votadas em assembleia e por angariar fundos de greve segundo meios definidos nos mesmos espaços, além de fazer a ligação

\* De acordo com o Boletim "Em cima do fato", Número 15, Junho 2004 (disponível no site oficial da USP — [www.usp.br](http://www.usp.br)).

\*\* Disponível no site da ADUSP ([www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)).

\*\*\* Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza: responsável pela educação profissional pública de níveis básico, técnico e tecnológico no Estado de São Paulo, mantém escolas técnicas e Faculdades de Tecnologia/Fatec.

# Hoje é o sabonete, amanhã será o papel higiênico

Por que um estudante da FMUSP deve participar da greve?

Ademir Lopes Junior (88/89)

*Essa seção procurará analisar as principais críticas e questionamentos que se ouvem na FMUSP quando se fala em greve.*

**Para que os estudantes devem participar ou aderir a uma greve que só está reivindicando salários para os professores?**

Num primeiro olhar, parece que a greve é uma simples insatisfação com os salários de funcionários e professores. Entretanto, há outras questões em jogo. Os baixos salários são, na verdade, a ponta de um iceberg que nós, estudantes de medicina, enfrentamos no dia-a-dia decorrentes do pouco financiamento na educação e saúde\*. Esses problemas são: a inexistência de bandejões para todos, o corte da bolsa dos residentes, os melhores professores mudando para faculdades privadas ou cursinhos pré-residência, projetos de lei querendo cobrar mensalidades nas universidades públicas, a falta de moradia para os estudantes que precisam e, claro, a falta de sabonetes nos banheiros!

O interesse da greve é dos professores e funcionários, eles que se mobilizem!

Como visto, o motivo da greve em curto prazo é o salário, mas todas as entidades que estão nesse movimento não trabalham só durante a greve. A maioria desses líderes são ativos defensores por mudanças definitivas na universidade, principalmente no financiamento e valorização dos recursos humanos. Precisamos lembrar que os professores que hoje coordenam a universidade (por exemplo, aqueles que inviabilizam a ampliação do bandejão ou são responsáveis pela burocracia) são, na realidade, oposição do grupo de professores que defende a greve e geralmente apoiam nossas pautas.

**Há grande apoio por todos pelo motivo da greve. Entretanto, com a paralisação, só eu vou sair prejudicado, eu vou perder as minhas férias para repor aulas e o professor vai continuar fazendo a pesquisa dele!**

Ninguém acha que greve é a melhor solução. Entretanto, às vezes é a única! Antes da paralisação, tentaram-se inúmeros acordos, reuniões etc. Nada adiantou! Alguém tem solução melhor? Ajude-nos! É como escolher pelo menos pior, com prejuízo reversível do individual no curto prazo; ou pelo péssimo e inviabilidade do direito coletivo a longo prazo.

A força da greve, aliás, constitui-se dos transtornos que a paralisação gera. Como fica São Paulo quando há greve no metrô? Como fica o governo do Estado mediante a greve maciça de todas as universidades estaduais?

Entretanto, o compromisso de todos que a apóiam é conseguir a maior resolutividade com o menor prejuízo possível. Comprometem-se a encontrar soluções para os possíveis problemas gerados pelo movimento. Os professores sérios também terão que oferecer aulas de reposição e muitos acordaram em paralisar suas pesquisas e aulas de pós-graduação. Entretanto, é necessário sempre acordar o que há possibilidade de se repor depois e o que não se pode.

**Quem participa constrói e, de certa forma, define as linhas de ação.**

Quais pesquisas, quais aulas, quais estágios etc — o que causa impacto e o que não causa!

Porque uma assembléia que eu não participei pode decidir por mim?

O Centro Acadêmico tem uma estrutura que privilegia a democracia participativa, ou seja, o espaço é aberto a todos e todas e as convocações e decisões são divulgadas o máximo possível. Quem participa constrói e, de certa forma, define as linhas de ação. As assembléias seriam o espaço máximo de discussão e decisões segundo os interesses coletivos. Mas nos dias atuais, o coletivo é sempre preterido em relação ao individual e, portanto, nem sempre as pessoas pensam no todo, ou se pensam, tem a noção de coletivo como uma soma de interesses individuais (o que não é!). Entretanto, tudo isso é discutível, mas para isso é necessário se encontrar para dialogar e decidir. Participe, a assembléia é esse espaço.

Como trabalhar para que o movimento grevista não seja apenas pelos salários mas também reivindique as outras pautas dos estudantes?

É ingenuidade achar que durante a greve todas as pautas vão ser atendidas. Porém, ao concordar com a pauta, podemos ampliar nossa atuação do momento da greve para ações estruturais futuras e conjuntas com reivindicação mais fortes. Uma prova disso é que, durante a greve, inúmeros espaços de construção entre professores, estudantes e funcionários são

viabilizados para discussão sobre financiamento da universidade, estrutura de poder, graduação etc. Além disso, uma greve forte representa organização e mobilização social, o que necessariamente se reflete nos espaços de decisão. Essa movimentação, por exemplo, promove apoio político e fortalece a possibilidade de aprovação do Plano Estadual de Educação — construído pela sociedade civil, que estabelece metas e estratégias para ampliação, qualidade e estrutura na educação do Estado de São Paulo. É através desse mesmo forte apoio adquirido durante a greve que também podemos defender por propostas de melhor eficiência na universidade.

**Por que historicamente os professores e funcionários da FMUSP não aderem a greve?**

Precisamos lembrar que os professores e alguns funcionários da FMUSP-HC recebem complementação salarial — situação bem diferente do que acontece nas outras faculdades da USP, principalmente naquelas que não trabalham com assuntos de interesse do mercado. Entretanto, quem faz essa complementação salarial? A Fundação Faculdade de Medicina (FFM). O próprio surgimento da FFM se justifica no argumento que “o Estado não financia de forma suficiente os custos do Hospital das Clínicas e da FMUSP”. Por isso, cria-se a fila dupla no HC (uma para o SUS, mais lenta, e outra para os convênios, mais rápida) que conseguiria dinheiro da iniciativa privada para ser investido no público. Até que a idéia é interessante quando não há investimento do governo. Entretanto, todos concordam que, na essência, uma fundação inflige o direito dos cidadãos de serem considerados iguais — quem tem dinheiro tem acesso mais fácil do que quem não tem. Todos concordam também que a solução ideal para o problema seria o Estado realmente investir em saúde e educação. Mas analisem o fato: quando há uma greve na USP — que justamente reivindica mais dinheiro para a educação — na maioria das vezes a FMUSP não faz nada! Isso seria o mesmo que concordar com o que está dado! Alguns funcionários não se movimentam porque têm medo de perder a complementação salarial, outros professores nem sabem a situação salarial da USP, afinal, não dependem desse salário para sobreviver, pois só trabalham meio período na faculdade e o resto no consultório particular, ou têm complementações da fundação. Portanto,

a FFM constituiria, nesse caso, um fator desagregador e de fraqueza para a reivindicar mais recursos do Estado para as questões sociais.

Nós só não sentimos falta de professores porque temos médicos HC que não tem vínculo nenhum com a USP, mas que dão aula para a gente. Por exemplo: todas as aulas de Propedêutica Clínica I, II, Clínica Médica do quarto ano e os demais estágios de Clínica Geral no Internato são todos feitos em grupos pequenos, envolvendo um número enorme de professores. Sabe quantos professores de Clínica Geral temos pela USP? Três: a Patrô, o Milton e o Paulo Lotufo. Ou seja, é justo que inúmeras pessoas que exercem atividades docentes não tenham os mesmos

**Essa movimentação (...) fortalece a possibilidade de aprovação do Plano Estadual de Educação (...) que estabelece metas e estratégias para ampliação, qualidade e estrutura na educação do Estado de São Paulo.**

direitos dos docentes USP porque a universidade não os contrata?

**Não gosto de política! Não quero me envolver com essas coisas...**

Política é a possibilidade de se relacionar com outras pessoas e fazer algo ou manter como está. É defender uma idéia ou agir como tal. Assim, não existe uma pessoa não-política, pois se você diz “eu não quero ouvir o que você tem a dizer”, isso em si já é um posicionamento político. Por excelência, dizer-se não-político é ser conservador, pois é como se agisse para que as coisas continuem como estão. Abster-se de uma discussão é dar carta branca para que outro decida no seu lugar. Política não precisa ser feita de partidos políticos, bastam pessoas. Política é algo inato do ser humano e não é bom nem ruim, simplesmente é. A política é disputa pelo poder que não é guerra armada. Como poder pode-se ter dinheiro, conhecimento, mobilização social, quantidade de pessoas, idéias etc (o que nós temos?).

\*Ler reportagem sobre financiamento da universidade e do estado.

# Cadê o sabonete?

Por que um estudante da FMUSP não deve participar da greve?

Guilherme Zwicker (89)

Mais uma vez assistimos pasmos à mobilização demagógica daqueles que acreditam que cruzar os braços resolve todos os problemas. A ideologia retrógrada da luta dos “meus direitos” o discurso assistencialista e a mania do servidor público de ignorar os não-servidores públicos impera! Greve pró ineficiência e melhores salários! Greve para reforçar a inércia do serviço público!

Algumas palavras sobre o direito de se fazer greve. O direito à greve é constitucional, e não somente trabalhista ou civil. No setor privado, há uma lei específica que regula as greves, além da autoridade do patrão, que solenemente entra com o pé (e o funcionário, com a bunda), dizimando a possibilidade desse tipo de manifestação. Assim, diz o patrão — não está satisfeito com o salário? Vá encorpar a fila dos 20% de desempregados do país! O servidor público tem direito a greve (claro, este é constitucional), mas esta ficou, na elaboração da constituição de 88, pendente de regulação por lei específica, que nunca foi sequer ensaiada, e provavelmente nunca será, porque não há interesse político para tal. Assim, sempre que desejar, o servidor público pode cruzar os braços, e a greve vai para

O orçamento da USP é de cerca de 1,3 bilhão de reais por ano. Desse, mais de 55% são utilizados só para pagar os aposentados. Coloque aí mais uma graninha para o HU (cujo orçamento pertence à USP), e o resto para pagar os ativos, o que sobra para administrar a universidade, pagar a assistência estudantil, etc? Quero lembrar todos

Nunca foi tradição da FMUSP entrar em greve. Aliás, nunca foi tradição (quando comparamos nosso caso com as federais), a USP entrar em greve. Como maior e melhor (não a mais eficiente, digase de passagem) universidade da América Latina, acreditei que a responsabilidade e o entendimento de que, na verdade, somos os grandes privilegiados do sistema,

decente! Essas são as reivindicações que o CAOC tem defendido com primor. Eu até quero que os professores ganhem bem, mas isso quem tem que lutar são eles! A idéia do “estudante grevista” é entrar no oba-oba da greve dos professores para anexar nossas reivindicações? Não é por aí.

O que eu também quero: que o dinheiro público seja *bem* utilizado, eu quero que funcionários eficientes sejam premiados, e que os maus funcionários não acumulem, por inércia, prêmios diversos “por tempo de serviço” ou outras dessas palhaçadas que só premiam quem não merece. Mas quero também que entendam que, embora em berço esplêndido, a renda média do brasileiro é sofrível, que quem tem emprego garantido é na verdade beneficiado, que quem se aposenta com salário integral

É a ineficienciocracia em prática: a universidade é um grande paquiderme: inteligente mas de um dinamismo letárgico.

do fato do nosso prédio não ter sabonete. Assim, todo mundo que usa a(s) privada(s) da FMUSP não ensaboa as mãos, já que o *dinheiro foi todo gasto com o funcionalismo!*

A USP tem 15 mil funcionários e 5 mil docentes. Faça a relação: temos 3 funcionários para cada professor. É a ineficienciocracia em prática: a universidade

atuavam como fator inibidor de grevistas.

Eu já fui estudante de Escola Técnica Federal que, harmonizando com as universidades federais, fazia parte da maligna lógica universitária às avessas: nunca houve sequer um calendário anual cumprido como o planejado — sempre cursei o calendário grevista alterado pelo “comando de greve” Vamos aderir à lógica das federais, que ano após ano lutam para procriar a ineficiência?!

Claro, muito do fato da FMUSP não entrar em greve reside em dois aspectos só nossos, a saber: primeiro, a relação do profissional e estudante de saúde com a condição humana. Ora, as doenças não surgem com hora marcada! Em segundo lugar, não fazemos greve porque nossa estrutura é redundante: no mesmo espaço coexistem docentes e funcionários da universidade, da fundação, médicos do hospital, pós graduandos pagos por fomentadores de pesquisa. Para pararmos dá-lhe chumbo grosso!

Agora ao ponto da nossa reivindicação: eu quero bolsa de estudos, eu quero dinheiro para saúde, eu quero restaurante, eu quero uma prova para residência médica

Eu quero que funcionários eficientes sejam premiados, e que os maus funcionários não acumulem, por inércia, prêmios diversos “por tempo de serviço”

Quero lembrar todos do fato do nosso prédio não ter sabonete. Assim, todo mundo que usa a(s) privada(s) da FMUSP não ensaboa as mãos, já que o dinheiro foi todo gasto com o funcionalismo!

justiça — ela que julga se a greve é ou não é legal. Assim tudo é festa! O mal funcionário pode dizer — Vamos fazer greve sempre que der ou puder! Meu salário virá no final do mês de qualquer modo, e nunca serei demitido!

é um grande paquiderme: inteligente mas de um dinamismo letárgico. Vamos fazer greve, engordar o paquiderme! Vamos tirar dinheiro do ICMS de outra pasta para beneficiar o paquiderme.

tem também esse benefício contabilizado em seu orçamento!

Tiro no pé em nossos próprios interesses! Vamos aderir à greve dos professores, que irá onerar ainda mais o parco orçamento para comprar sabonete e enterrar de vez nossos anseios assistencialistas estudantis? Peraí! Se vai mais dinheiro para o salário, vai menos dinheiro para outras necessidades, não? E, lembrem-se: cuidado ao cumprimentar seus colegas, porque pode estar faltando sabonete na FMUSP!

# O direito à greve

Verdades e mentiras de um movimento dos trabalhadores

Ciro Matsui (92)

Antes de querer-se discutir a greve, é preciso primeiramente saber ao menos o que é uma. Ao contrário do que podem pensar alguns, a greve não é um movimento de pessoas sem ocupação, desordenado e sem objetivos, ou apenas um sinônimo de férias, mas sim um recurso legal do qual podem utilizar-se servidores civis como forma de reivindicação segundo o artigo 37, VII da Constituição Federal.

Deveras que a greve não surge como a melhor saída para uma negociação, uma vez que a paralisação dos servidores provoca prejuízos para diversos setores da sociedade, ainda mais quando se trata de uma universidade pública. Entretanto, muitas vezes se faz necessário lançar mão de seu uso quando todas as outras tentativas de negociação falharam. Ela é o maior trunfo do trabalhador durante um processo de negociação, pois, somente quando sua função deixa de ser exercida é que nos damos conta da importância que ela tem.

Além de ser uma forma de pressão, a greve na universidade pública também serve para mostrar que professores, funcionários e alunos não assistem passivamente à atual situação do ensino superior público e que sabem reivindicar seus direitos quando estes são colocados em xeque. É também por meio dela que se consegue despertar a atenção da sociedade para a importância e para os problemas que afligem a universidade, de modo a mobilizar a opinião pública em favor das necessidades daquela.

Quanto maior a amplitude de uma greve, maior o impacto que dela resulta, pois os prejuízos por ela causados e a atenção que ela atrai para si alcançam patamares capazes de gerar um estado de instabilidade preocupante, que deve então ser resolvido. Conseqüentemente, mais rapidamente a greve deve chegar a uma resolução.

Assim sendo, o ingresso de uma instituição do tamanho e da importância da FMUSP no atual processo de greve seria extremamente significativo, aumentando a coesão e a credibilidade do mesmo, e

certamente contribuirá para que

Dentre as conquistas mais importantes conseguidas na história das greves na USP, está a de 1998, que resultou na autonomia das universidades estaduais paulistas em relação ao governo do Estado.

um desenrolar da greve ocorra mais rapidamente.

Vale lembrar que o Caoc tem um histórico de participação ativa em diversas greves ao longo da história. Durante a década de 70, as greves que ocorriam no chamado "quartirão da saúde", que compreende a região presente entre as avenidas Rebouças, Dr. Arnaldo e rua Teodoro Sampaio, tinham como

pontos de articulação o porão da Faculdade de Medicina. Aqui se rodavam panfletos nos mimeógrafos para serem distribuídos pela região, a fim de informar e mobilizar as pessoas que freqüentavam os arredores.

Dentre as conquistas mais importantes conseguidas na história das greves na USP, está a de 1988, que resultou na autonomia das universidades estaduais paulistas em relação ao governo do estado. Pelo contexto em que se insere essa greve, de discussões a respeito da reforma e do financiamento universitários (vide textos sobre reforma universitária e financiamento), tudo indica que mais uma vez estaremos lutando pela autonomia da universidade pública em relação aos interesses do mercado, que cada vez mais ganha espaço dentro do meio acadêmico.

Enfim, uma greve pode ser um processo árduo e penoso, porém, necessário e legítimo. Se somente através dela nos fazemos ouvir, então que dela usemos para zelar e defender a autonomia e a integridade da universidade pública.

## Reforma Universitária

Porque as associações de docentes, sindicatos e tantos Centros Acadêmicos se posicionam contra ela?

Simone Rocha Figueiredo (92)

Qualquer pessoa que tenha prestado atenção nos carros de som na Cidade Universitária ou nos folhetinhos sobre a greve que se multiplicam na FMUSP deve ter escutado ou lido o termo "Reforma Universitária". Junto com a reivindicação pelos 16% de aumento para professores e funcionários das universidades estaduais paulistas, o combate à "Reforma Universitária" é um dos temas mais importantes dessa greve.

Mas porque as associações de docentes, sindicatos e tantos Centros Acadêmicos se posicionam contra ela?

Deve-se dizer, antes, que não se pode negar o fato de que a universidade pública tem muitos problemas, como a estrutura pouco democrática, burocratizada, e ineficiente em alguns casos e que, portanto, uma reestruturação é necessária. A oposição é, no entanto, a uma reforma universitária (entre tantas possíveis) proposta e que tem

sido defendida pelo Ministério da Educação e tem como ponto principal o financiamento da Universidade.

Não se pode negar o fato de que a universidade pública tem muitos problemas, como a estrutura pouco democrática, burocratizada, e ineficiente em alguns casos e que, portanto, uma reestruturação é necessária

Entre os projetos propostos destaca-se o "Universidade para Todos". Esse projeto prevê a "com-

pra de vagas ociosas" de faculdades privadas, ou seja, o governo custearia os estudos de alunos carentes em uma dessas universidades. Ora, por que não investir esse dinheiro, então, nas universidades públicas, já que os custos da graduação de boa qualidade em uma instituição pública e em uma privada deveriam ser praticamente iguais? Por que injetar dinheiro público na iniciativa privada, enriquecendo donos de universidades particulares? Além disso, a qualidade do ensino nas universidades públicas é, no geral, de melhor qualidade e o ensino público pode responder às demandas sociais e não à pressão do mercado.

Há ainda um projeto de lei que tramita no Congresso que, se aprovado, nos obrigaria, como estudantes de uma universidade pública, a pagar uma alíquota adicional de imposto de renda quando estivermos formados e exercendo nossas profissões. Pagariamos, então, duas vezes (através dos cerca de 9,5% do ICMS paulista e, depois, por esse

imposto de renda adicional) por algo que é nosso direito, garantido pela Constituição de 1988!

Por que não investir (...) nas universidades públicas, já que os custos da graduação de boa qualidade em uma instituição pública e em uma privada deveriam ser praticamente iguais?

Outros pontos defendidos pela tal "Reforma Universitária", como o incentivo às fundações de apoio às instituições de ensino superior, são tão controversos quanto os outros e explicam — e justificam — porque o combate a esta reforma universitária está entre as motivações da greve em curso.

# O corpo da montanha de gelo: por que nem tudo é superficial

Sobre a política econômica vigente e o financiamento das universidades estaduais de São Paulo

Gerson S. Salvador  
de Oliveira (89)  
Matheus Fachini Vane (92)

Em diversos textos acerca da greve nas nossas universidades é dito que a questão salarial é apenas a ponta de um *iceberg*. Mas qual é o restante dessa montanha de gelo? Para não nos atermos a uma discussão superficial os convidamos a um mergulho nessas águas gélidas que machucam, mas fazem despertar.

A questão do financiamento escasso para as universidades, assim como a diminuição do número de bolsas de residentes e o desemprego estrutural são múltiplos sintomas de uma única síndrome: o Estado que se esquiva de investir no setor social, vende o patrimônio público, e mantém altíssimos juros para tornar o consumo proibitivo, assegurando o cumprimento de metas de inflação que fizeram o déficit público aumentar vertiginosamente.

Essa política é fruto do que ficou conhecida por “Consenso de Washington”, uma cartilha de bom comportamento redigida em 1989 pelo Institute of International Economics para os países periféricos.

O desfinanciamento desse setor (universidades estaduais) leva ao prejuízo na formação de trabalhadores críticos e reflexivos

Para o Brasil, a cartilha foi apresentada como a salvaguarda da economia, dado que vínhamos da “década perdida”, com índices inflacionários e de dívida pública elevadíssimos. Assim, na era dos Fernandos, o patrimônio estatal foi entregue aos novos colonizadores (quanto você está pagando pelo telefone?). Manteve-se a

moeda artificialmente valorizada, facilitando a evasão de capitais. Além disso, a inflação foi controlada por inibição do consumo, através de juros elevados que privilegiam o investimento em especulação em detri-

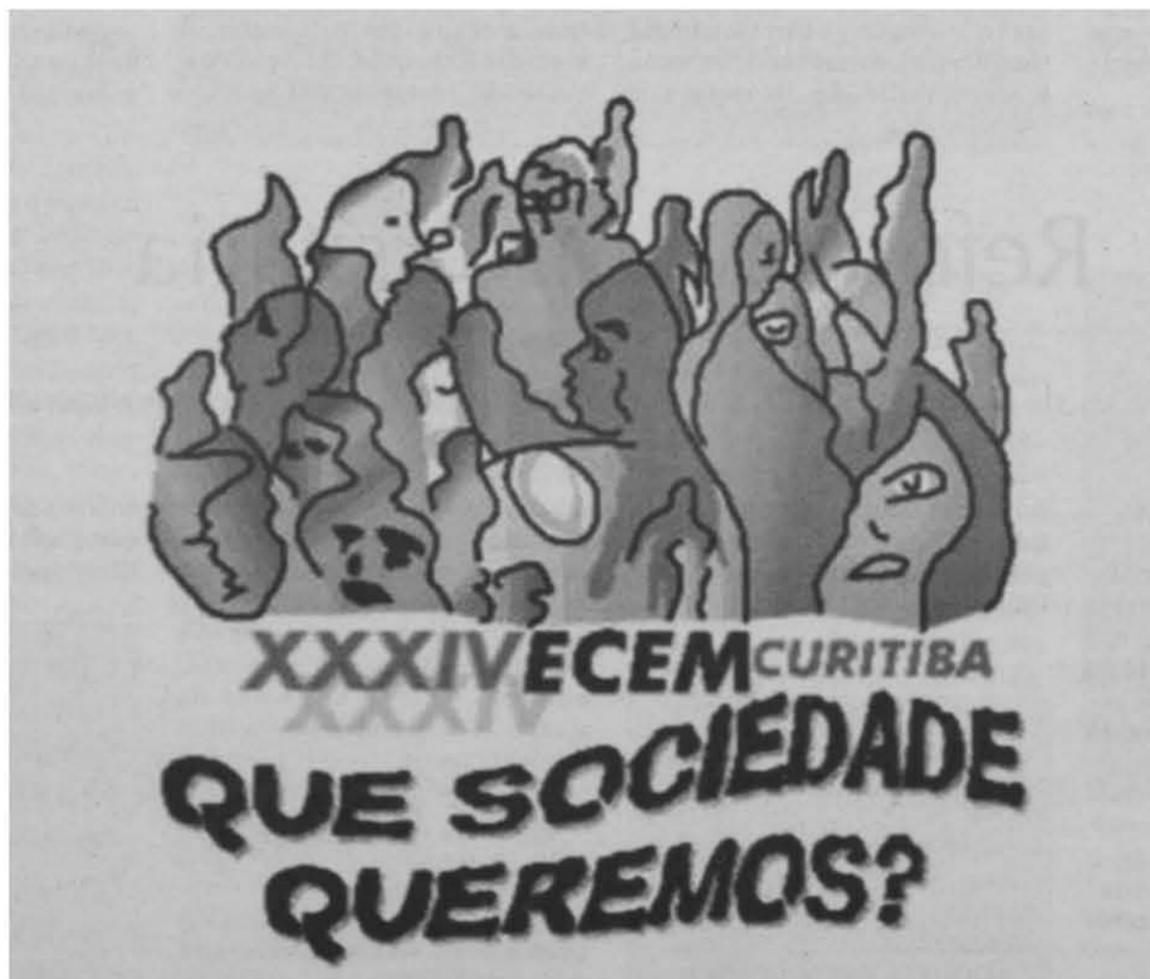
mento da produção. O Lula está promovendo reformas liberalizantes que tem rifado a previdência pública, os direitos trabalhistas e a universidade (vide texto sobre Reforma Universitária).

Mas que relação isso tudo tem com a greve das universidades estaduais paulistas? Em primeiro lugar, o

financiamento dessas é atrelado ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é proporcional à atividade econômica. Em tempos recessivos houve queda importante na arrecadação e conseqüente empobrecimento dessas instituições.

O desfinanciamento desse setor leva ao prejuízo na formação de trabalhadores críticos e reflexivos, capazes de atuarem na produção de ciência e tecnologia como estratégia de desenvolvimento de um povo, torna-nos incapazes de rompermos com os laços de subserviência que nos amarram à situação de colônia, seja de Portugal, da Espanha, Inglaterra, dos Estados Unidos e agora, dos especuladores internacionais.

Voltando à tona com os olhos ardidos e orgulho ferido, vemos ao longe os sobrinhos de Sam achando muita graça, e amando muito tudo isso.



De 16 a 23 de julho – Curitiba (PR)

Inscrições no CAOC

[www.ecemcuritiba.tk](http://www.ecemcuritiba.tk)